



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 528/11

Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Regina Vitória – ASMORV, com sede e foro no Município de Palmeira.

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro Regina Vitória - ASMORV, com sede e foro no Município de Palmeira.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

ALEXANDRE CURI  
Presidente

Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 579/11

Dispõe sobre um percentual obrigatório de seus trabalhadores qualificados nas áreas de asseio e conservação.

**Art. 1º** Havendo licitação para empresas participarem no Poder Público na área de limpeza, a empresa deverá comprovar que possui um percentual, conforme tabela abaixo, de seus trabalhadores com curso de qualificação na área, com certificado expedido por entidade com notória especialização na área.

**Parágrafo único.** O percentual seguirá a seguinte graduação:

- I – Até o ano de 2012 – 1% (um por cento);
- II – Até o ano de 2013 – 2% (dois por cento);
- III – Até o ano de 2014 – 4% (quatro por cento);
- IV – Até o ano de 2015 – 8% (oito por cento);
- V – Até o ano de 2016 – 16% (dezesesseis por cento);
- VI – Até o ano de 2017 – 32% (trinta e dois por cento);
- VII – Até o ano de 2018 – 64% (sessenta e quatro por cento);
- VIII – Até o ano de 2019 – 75% (setenta e cinco por cento);

IX – Até o ano de 2020 – 85% (oitenta e cinco por cento);

X – Até o ano de 2021 – 100% (cem por cento).

**Art. 2º** Esta deverá ser cláusula pétrea nos editais de concorrência de serviços no Estado do Paraná.

**Parágrafo único.** Caso não preencha o requisito que dispõe o art. 1º desta Lei a empresa será desclassificada do certame público.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.



ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO


### Redação Final ao Projeto de Lei nº 152/12

Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da União das Vilas Jangada, Vila Nogueira e Vila do Reino, com sede no Município de Imbaú e foro no Município de Telêmaco Borba.

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores da União das Vilas Jangada, Vila Nogueira e Vila do Reino, com sede no Município de Imbaú e foro no Município de Telêmaco Borba.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

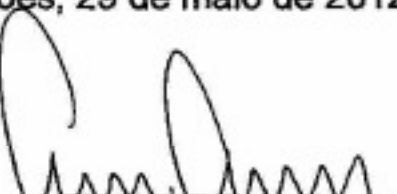
### Redação Final ao Projeto de Lei nº 153/12

Declara de Utilidade Pública a Associação de  
Yoga do Paraná – AYPAR, com sede e foro no  
Município de Curitiba.

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a Associação  
de Yoga do Paraná - AYPAR, com sede e foro no Município de  
Curitiba.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator







# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Antônio Khury

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 06 JUL 2011

1º Secretário

Projeto de Lei nº

559/11



Súmula: Dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os Municípios do Estado do Paraná.

Art. 1º - Para firmar convênio com o Poder Executivo no Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, os municípios devem contar com Técnico Agrícola, Médico Veterinário ou Engenheiro Agrônomo no quadro de pessoal da respectiva Prefeitura.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, sendo regulamentada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 2011.

Deputado FERNANDO SCANAVACA  
Lider do PDT



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## JUSTIFICATIVA

Trata-se de iniciativa que visa estimular as prefeituras municipais a dotarem suas estruturas de profissionais especializados, propiciando melhor apoio às áreas de agricultura e abastecimento.

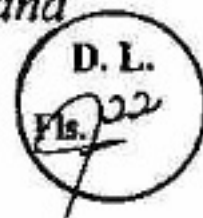
Por outro lado, na medida em que todos os municípios passem a contar com Técnico Agrícola, Médico Veterinário ou Engenheiro Agrônomo nos respectivos quadros de pessoal certamente os convênios passarão a ser elaborados com maior fundamentação e posteriormente acompanhados de forma a proporcionar mais eficiência nos seus resultados.



Deputado FERNANDO SCANAVACA  
Líder do PDT



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER**

**Projeto de Lei nº 559/11**

**Autor: Deputado Fernando Scanavaca**

*Súmula: Dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os Municípios do Estado do Paraná.*

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca visa estimular as prefeituras municipais a dotarem suas estruturas de profissionais especializados, propiciando melhor apoio às áreas de agricultura e abastecimento.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente, insta ressaltar a competência da Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada,

No tocante à matéria, verifica-se que o parlamentar detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis, em consonância com o artigo 65 da Constituição do Paraná.

Contudo, como há envolvimento direto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, afim de sanar aparente





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



"Inconstitucionalidade" do presente projeto<sup>1</sup> (atribuição de função a Secretaria), determinou-se que o projeto de lei fosse baixado em diligência à SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - SEAB para análise de viabilidade de um eventual prosseguimento deste projeto.

Em resposta à diligência solicitada, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB se manifestou através da Informação nº 244/2011, não demonstrando qualquer óbice à tramitação do projeto de lei ora em tela. No entanto, sugeriu que fosse estabelecido prazo aos Municípios porventura interessados estruturarem seus quadros funcionais, em lapso razoável que considere os procedimentos de remanejamento de servidores ou a realização de concursos públicos. Se assim não for, no entretanto Municípios ficariam impedidos de estabelecer parcerias (em sentido lato) com o Estado do Paraná nas áreas de atuação da SEAB.

Assim, com o objetivo de acatar a sugestão apresentada pela SEAB, propõe-se a seguinte emenda aditiva, nos termos do artigo 29, e 137, § 3º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/88.

### CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, na forma da **EMENDA ADITIVA** anexa.

<sup>1</sup> Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

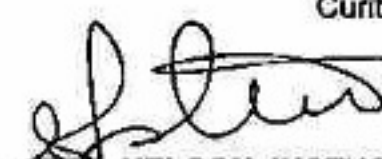
IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.



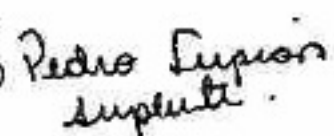
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Curitiba, 04 de 10 de 2011.

  
DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE


  
DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR


  
DEP. PEDRO SUPIAN  
Suplente

  
DEP. PAULO SÉRGIO

  
DEP. ANTÔNIO CARLOS

  
DEP. JOÃO

  
DEP. ROBERTO

  
DEP. AMARO



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



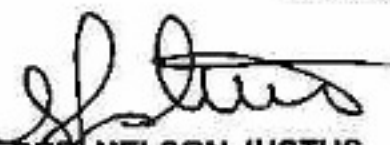
**EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI 559/2011**

De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, §3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, fica inserido no artigo 1º, do Projeto de Lei nº 559/11, o "parágrafo único", que contará com a seguinte redação:

Art. 1º. [...]

"Parágrafo único. Fica estabelecido o prazo de 12 (doze) meses para as prefeituras se adaptarem ao disposto no caput deste artigo."

Curitiba, 04 de 10 de 2011.

  
DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR

*Pedro Supion  
suplente*



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E ASSUNTOS MUNICIPAIS.



### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 559/2011

Projeto de Lei nº 559/2011

Autor: Deputado Fernando Scanavaca/PDT

Súmula: Dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os Municípios do Estado do Paraná.

#### I - PREAMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, determina que os Municípios do Estado do Paraná, detenham de quadro de pessoal qualificado, como Técnicos Agrícolas, Médicos Veterinários ou Engenheiros Agrônomos, para fins de poderem firmar convênio com o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

#### II - RELATÓRIO

Na qualidade de relator, designado para exarar parecer pela Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais, e, em cumprimento ao que determina o art. 33-L, IV, do Regimento Interno desta Casa de Leis, passo a expor meu relatório ao Projeto de Lei nº 559/2011.

O Projeto de Lei nº 559/2011, pretende o autor da matéria, criar algumas atribuições aos entes municipais do Estado do Paraná, fazendo com que os municípios que não possuam pessoal qualificado em seu quadro de pessoal, não possam celebrar convênio com a Secretaria do Estado da Agricultura e do Abastecimento. Ora, apesar de não ser prerrogativa desta comissão analisar a constitucionalidade da matéria, entendo na forma apresentada que o Projeto de Lei em comento possui vícios de inconstitucionalidades, pois, não pode o Estado através da Lei, impor regras aos Municípios para obter alguns tipos de convênios, ainda mais quando se trata de prover seus quadros de pessoal.

Com a presente proposição o Estado estaria obrigando os municípios a criar novos cargos quando não existentes, gerando assim, despesas aos entes públicos municipais. Fato este que estaria o Estado ingerindo nas atribuições dos Municípios.



Porém, visto e analisado pela comissão de justiça desta Casa, e não havendo nenhum impedimento legal apresentado pelos seus membros, como relator da matéria por esta comissão, entendo que o projeto condicionará e qualificará os municípios quando esses firmarem convênios com o Estado através da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento. Pois, com pessoal qualificado os convênios poderão ser melhores desenvolvidos, proporcionando maior qualidade no projeto oriundo do mesmo em favor da população local.

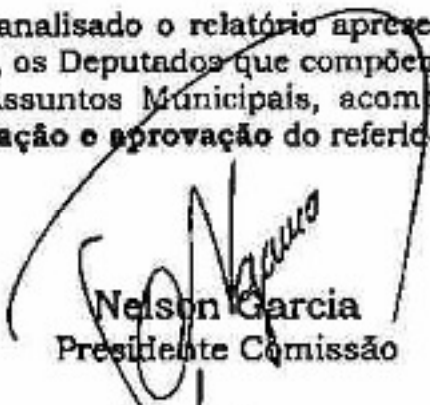
Dito isto, no que tange ao mérito da matéria entendo que não há nenhum tipo de impedimento que possa obstruir sua deliberação pelo Plenário Legislativo.

### III - VOTO DO RELATOR


Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, no que cabe a esta comissão, voto favoravelmente pela tramitação do Projeto de Lei nº 559/2011 na sua forma apresentada.

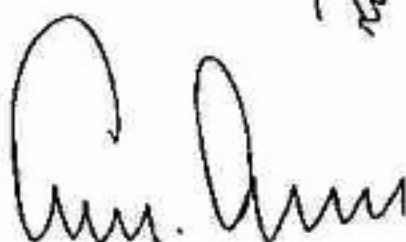
### IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do Projeto de Lei nº 559/2011, os Deputados que compõem a Comissão Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **deliberação e aprovação** do referido projeto em tela.

  
Nelson Garcia  
Presidente Comissão

24/10/11

  
Adelino Ribeiro Silva  
Relator

  
Am. Am.

  
E. Silva





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 559/2011

### PREÂMBULO:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Fernando Scanavaca, dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os municípios do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura.

### FUNDAMENTAÇÃO:

O crescimento da produção agrícola no Paraná é evidente. A combinação de fatores internos e externos e a ampliação das fronteiras tecnológicas culminam na necessidade de interferência do Poder Público na criação de políticas e ações que preencham as lacunas existentes em toda a cadeia produtiva. Levando em consideração aspectos relacionados à mão de obra especializada na orientação dos agricultores de nosso Estado e conseqüentemente à saúde de toda a população.

O presente Projeto de Lei visa regulamentar nos municípios do Estado a presença de profissionais com formação específica nas áreas agrícola e de saúde animal, para que estes possam firmar convênios com o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

A proposta é indubitavelmente uma importante ferramenta para o desenvolvimento produtivo, sustentável e econômico do Paraná, por compreender que profissionais habilitados são agentes promotores do desenvolvimento, capazes de orientar e impulsionar



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



essa área do setor primário paranaense, cuja participação econômica é notória.

## CONCLUSÃO:


O projeto obedece os preceitos técnicos e legais, razão pela qual, opino FAVORÁVELMENTE pela sua aprovação e tramitação.

É o Parecer.

Sala das comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
HERMAS JÚNIOR  
Deputado Estadual

Presidente da Comissão de Agricultura

  
RASCA RODRIGUES  
Deputado Estadual - PV

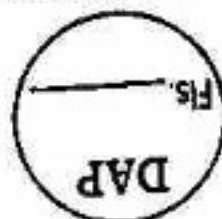
Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 559/11

O presente Projeto de Lei de autoria do Nobre Deputado Fernando Scanavaca que dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os Municípios do Estado do Paraná, vem a esta Comissão Permanente visando cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno.

Preliminarmente saliento que a proposta foi encaminhada a Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Evandro Junior e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável, com a inclusão de Emenda, foi também para a Comissão de Agricultura que por seu Relator Deputado Rasca Rodrigues, exarou parecer favorável, e, ainda foi encaminhada a Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais que por seu relator também exarou o parecer favorável.

No que compete a esta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria quando estava na Comissão de Constituição e Justiça foi transformada em diligência junto a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento-SEAB, para a devida manifestação. A referida pasta, manifestou-se favorável conforme a Informação nº 244/2011, de 22 de julho de 2011. Contudo, sugere prazo para que os Municípios interessados possam estruturar seus quadros funcionais.

De igual modo, salienta aquela Pasta, que os Municípios interessados deverão providenciar o remanejamento de servidores ou a realização de concursos públicos.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 21/03/12

DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDYR PUGLIESI  
RELATOR

*[Handwritten signature of Ademir Bier]*  
*[Handwritten signature of Waldyr Pugliesi]*  
*[Large handwritten signature]*  
*[Handwritten number 124012]*



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



req.01



### REQUERIMENTO

*Requer a retirada por 01 sessões  
do Projeto de Lei nº 559/11, item  
07 constante na Ordem do Dia da  
presente Sessão Plenária.*

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 158, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o douto plenário, *Retirada por 01 sessões*, da votação do Projeto de Lei nº 559/11, item 07, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

*Vale a RASSURA*

Sala das Sessões em, 11 de abril de 2012.

Deputado Estadual  
**FERNANDO SCANAVACA**

*Ante-mã  
Justiça  
Propriedade  
Referência*

*(7-2)*  
Mauro Ribeiro Borges  
Diretor Legislativo



\$.

**SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 559/11**

Conforme prevê o art. 137 do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos o presente substitutivo geral ao Projeto de Lei 559/11, de autoria do Ilustre Deputado Fernando Scanavaca, que dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os Municípios do Estado do Paraná.

D. L. 40  
Fls. 2

**Art. 1º** - O Projeto de Lei 559/11 passa a contar com a seguinte redação:

**"Art. 1º.** Para firmar convênio com o Poder Executivo no Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, os Municípios devem apresentar a essa Secretaria parecer técnico sobre o objeto do convênio assinado por Técnico Agrícola, Médico Veterinário ou Engenheiro Agrônomo.

**Art. 2º.** Os profissionais mencionados no artigo anterior poderão compor o quadro de pessoal da respectiva prefeitura ou serem contratados especificamente para a elaboração do parecer.

**Parágrafo único.** As prefeituras poderão requerer à Administração Estadual a elaboração dos pareceres técnicos por profissionais integrantes do quadro de pessoal de qualquer órgão do Estado.

**Art. 3º.** Os Municípios terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adequar as disposições desta Lei.

**Art. 4º.** O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de abril de 2012.

Deputado Estadual

dupion

Evanoldo

Am. Am  
Curi

Rose

Am. Am  
Curi



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 559/11**

**Projeto de Lei nº 559/11**

**Autor da emenda: Deputado Pedro Lupion**

**Súmula:** Dispõe sobre convênios firmados entre o Poder Executivo e os Municípios do Estado do Paraná.

**EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 559/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca visa estimular as prefeituras municipais a dotarem suas estruturas de profissionais especializados, propiciando melhor apoio às áreas de agricultura e abastecimento, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Pedro Lupion.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva Geral, de autoria Deputado Pedro Lupion. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**

**II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.**

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva Geral proposta pelo Deputado Pedro Lupion, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 2012.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ALEXANDRE CURI**

**RELATOR**





DEP. RASCA RODRIGUES  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ**  
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.  
Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 15 AGO. 2011

*Mauro*  
1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº.

630/11

**Súmula:** Estabelece diretrizes para coleta seletiva contínua de resíduos sólidos oriundos de embalagens de produtos que compõe a linha branca no âmbito do território paranaense.

**Art. 1º** - Estabelece diretrizes para coleta seletiva contínua de resíduos sólidos oriundos de embalagens de produtos que compõe a linha branca no âmbito do território paranaense

**Art. 2º** - Para os efeitos desta Lei entende-se por resíduos sólidos:

- I - resíduos de papelão e papel de caixas que embalam os eletrodomésticos e papéis que venham a fazer parte da proteção interna dos mesmos;
- II - resíduos de plástico, sacos, lonas e outros usados na proteção dos produtos contra umidade;
- III - resíduo de isopor - fôrmas desenvolvidas e utilizadas como suportes das embalagens evitando que os produtos fiquem soltos dentro das embalagens;
- IV - resíduos de madeira, estrados que servem de suporte para acondicionamento, carregamento e transporte dos produtos;
- V - demais resíduos de outras matérias primas utilizadas na embalagem dos produtos.

**Art. 3º** - Os produtos de que compõe a linha branca, tratados no caput do art. 1º da presente lei são:

- I - Refrigeradores;
- II - Freezers verticais e horizontais;
- III - Condicionadores de ar;
- IV - Lavadores de louças;
- V - lavadoras de roupas;
- VI - secadoras;
- VII - fornos de microondas;
- VIII - fogões.





**Art. 4º** - As empresas de direito privado que atuam como representantes e revendedores de eletrodomésticos no estado do Paraná, são responsáveis pela coleta dos resíduos sólidos constantes das embalagens dos produtos vendidos aos consumidores no ato da entrega dos mesmos.

**Parágrafo único:** Após a entrega do produto e feita coleta, as empresas obrigatoriamente darão destinação final e correta dos resíduos sólidos por elas gerados.

**Art. 5º** - O não cumprimento do disposto no caput do Art. 4º desta lei implicará em sanções previstas pela legislação vigente.

**Parágrafo único:** O consumidor que se sentir lesado pelo descumprimento dos dispositivos desta lei, poderá formalizar reclamação junto ao órgão de defesa do consumidor e ao órgão ambiental responsável.

**Art. 6º** - Os recursos arrecadados provenientes das sanções previstas em lei de que trata o Art. 5º, serão destinados ao Fundo Estadual do Meio Ambiente, quanto a sua aplicabilidade.

**Art. 7º** - Os objetivos de que trata o caput do Art. 1º são:

I - conscientização dos consumidores de eletrodomésticos sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente, em virtude do descarte inadequado dos resíduos sólidos (embalagens) desses produtos;

II - geração de benefícios sociais e econômicos da destinação dos resíduos;

III - capacitação e conscientização de lojistas e demais profissionais que atuam na área de vendas de eletrodomésticos;

IV - regularidade, continuidade, acondicionamento, transporte, e designação final correta dos resíduos sólidos produzidos;

V - participação social.

**Art. 8º** - Pessoas jurídicas de direito privado, ficam obrigadas a apresentar plano de Gestão Integrada de resíduos sólidos oriundos das embalagens dos produtos da linha branca, a ser avaliado e aprovado pelas coordenadorias de resíduos sólidos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls: 04

Hídricos (SEMA) é do Instituto das Águas do Paraná respeitando os seguintes prazos.

I – Cento e oitenta dias para apresentar o plano de Gestão de que trata o caput deste artigo;

II – Trezentos e sessenta dias para o início da coleta seletiva contínua e destinação final correta dos resíduos sólidos;

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 03 de julho de 2011



RASCA RODRIGUES

Deputado Estadual - PV



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D.L.  
Fls. 05

## JUSTIFICATIVA:

Com a mudança de comportamento do consumo de produtos pela população, a administração dos resíduos sólidos (lixo) é hoje uma das grandes preocupações das organizações, tanto Públicas como Privadas. Instituições e entidades ambientais têm divulgado números astronômicos sobre o assunto quando se refere ao resíduo produzido por essa população.

Segundo (TOLEDO 1993) Os eletrodomésticos de grande porte como refrigeradores, freezer, fogões e lavadoras de roupas pertencem ao segmento industrial de Linha Branca. Este tipo de indústria está presente no país desde o final da década de quarenta. Nos últimos anos, principalmente no período pós-Real, o setor de eletrodoméstico vem sofrendo um grande aumento na sua produção e conseqüentemente uma grande demanda nas vendas.

Por consequência da elevada demanda, surge a forte influência da geração de resíduos dificultando o acondicionamento dos materiais constantes das embalagens desses em residências e condomínios de nossas cidades.

O presente Projeto de Lei objetiva estabelecer diretrizes para coleta seletiva contínua de resíduos sólidos oriundos das embalagens de produtos que compõe a linha branca no Estado do Paraná. Dentro dos moldes estabelecidos pela Lei nº-12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Razão pela qual peço o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis na aprovação da matéria.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER**

**Projeto de Lei nº 630/11**

**Autor: Dep. Rasca Rodrigues**

*Súmula: Estabelece diretrizes para coleta seletiva contínua de resíduos sólidos oriundos de embalagens de produtos que compõe a linha branca no âmbito do território paranaense.*

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues visa estabelecer diretrizes para coleta seletiva contínua de resíduos sólidos oriundos de embalagens de produtos que compõe a linha branca – descritos no art. 3º da proposição – no âmbito do território paranaense.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente, assevera-se a competência da Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada.

Quanto à matéria sob análise, tem-se que é de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção ao meio ambiente, consoante a regra insculpida no artigo 24, inciso VI, da Constituição da República:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



*VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;*

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Conclui-se, portanto, pela consonância da presente proposição no que diz respeito à iniciativa parlamentar, bem como a competência do Estado para legislar acerca de proteção ao meio ambiente e controle da poluição.

Cabe destacar, quanto ao atual trâmite da presente proposição, que não obstante manifestação da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, através do Ofício nº 563/2011 – SEMA/GS, contrária ao prosseguimento do projeto de lei em tela, sob a alegação de que “todas as tratativas em relação às diretrizes de cada setor voltadas para a política nacional de resíduos sólidos, estão sendo conduzidas no sentido de serem firmados acordos setoriais que atendam a Lei Nacional de Resíduos Sólidos, e que, portanto, certamente serão contemplados por ocasião da discussão e votação da Lei da Política Estadual de Resíduos Sólidos” nesta Casa legislativa, em nada interfere a presente propositura na implementação da referida lei.

Ademais, a presente proposta legislativa não interfere na iniciativa privativa do Poder Executivo, atribuída pela Constituição Estadual em seu art. 66, na medida em que não concede novas atribuições aos órgãos estatais dirigidos à proteção e fiscalização do meio ambiente. Nesse diapasão, vale inclusive transcrever trecho do projeto que determina a obrigatoriedade de recolhimento pela própria empresa fornecedora. Veja-se o teor original do projeto:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 28

Art. 4º - As empresas de direito privado que atuam como representantes e revendedores de eletrodomésticos no Estado do Paraná são responsáveis pela coleta de resíduos sólidos constantes das embalagens dos produtos vendidos aos consumidores no ato da entrega dos mesmos.

Parágrafo único: Após a entrega do produto e feita a coleta, as empresas obrigatoriamente darão destinação final e correta dos resíduos sólidos por elas gerados.

Observa-se, ainda, o disposto no "art. 8º" do projeto, que determina que as pessoas jurídicas de direito privado referidas no "art. 4º" ficarão obrigadas a apresentar plano de Gestão Integrada dos resíduos sólidos à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e ao Instituto de Águas do Paraná, o que significa a intenção de propiciar auxílio ao atendimento de interesse público.

Dessa forma, levando-se em conta que as obrigações descritas no projeto recaem unicamente sobre a iniciativa privada, tem-se que o presente projeto não implica em impacto financeiro, estando em perfeita consonância com a Lei Complementar nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Ademais, encontra-se em perfeita consonância com os ditames de técnica legislativa impostos pela Lei Complementar nº 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 28 de Novembro de 2011.

DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





## COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE Parecer ao Projeto de Lei nº 630/11

Projeto de Lei nº 630/2011

Autor Dep. Rasca Rodrigues

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Rasca Rodrigues, de nº 630/2011, "Estabelece diretrizes para a coleta seletiva contínua de resíduos sólidos oriundos de embalagens de produtos que compõem a linha branca no âmbito do território paranaense".

O Projeto de Lei recebeu parecer favorável quanto a sua legalidade e a sua constitucionalidade por meio da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, e após foi enviada a esta comissão para parecer oportuno. A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, por prerrogativa do art. 33-k, deve emitir parecer sobre todas as proposições que "interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas que pretendam dispor sobre a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais".

Pretende o nobre parlamentar impor uma série de regras a fim de garantir que as embalagens dos eletrodomésticos da linha branca não tenham um fim perverso ao meio ambiente. Assim as embalagens compreendidas como resíduos, voltem para a cadeia produtiva, e desta forma cumprindo a política nacional de resíduos preconizada pela Lei Federal nº12.305/2010. O autor prevê no projeto em tela uma logística reversa, e ao mesmo tempo dispõe sobre a responsabilidade compartilhada entre a indústria, o comércio e os consumidores. Desta forma o Deputado contribui com instrumentos valiosos para a conservação do Meio Ambiente, concomitantemente garantindo ampliação de emprego e renda aos brasileiros.

Não obstante todos os avanços previstos no presente projeto de lei, cabe a este relator propor uma pequena alteração na forma de uma Emenda Modificativa ao artigo 2º, Inciso III, para que haja melhor esclarecimento quanto ao tipo de resíduo tratado pelo dispositivo. O objetivo deste relator é assegurar que não haja brechas para que não sejam cumpridas as normas criadas pelo Projeto de Lei.

Diante de todo o relato somos, s.m.j., pelo parecer FAVORÁVEL, atrelado a emenda modificativa anexa, ao presente projeto de lei. Assim o mesmo deve seguir seu regular trâmite regimental.

Sala das comissões, 14 de dezembro de 2011.

DEP. RASCA RODRIGUES  
Presidente em exercício da CEMA

DEP. LUIZ EDUARDO CHEIDA  
Relator



**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Projeto de Lei nº 630/2011 "Estabelece diretrizes para a coleta seletiva contínua de resíduos sólidos oriundos de embalagens de produtos que compõem a linha branca no âmbito do território paranaense".

Modifica-se a redação do inciso III do art. 2º do Projeto de Lei nº 630/2011, de autoria do Dep. Rasca Rodrigues, que "Estabelece diretrizes para a coleta seletiva contínua de resíduos sólidos oriundos de embalagens de produtos que compõem a linha branca no âmbito do território paranaense", passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º ...


...

III – resíduos de resina plástica número 6, poliestireno expandido – EPS, conhecido como isopor - formas utilizadas como suportes das embalagens, abrigo de peças móveis, ou destinadas a outros fins de acondicionamento."

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.



  
DEP. RASCA RODRIGUES

Presidente em exercício da CEMA

  
DEP. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Relator








*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 34  
2

**PARECER À EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 630/11**

**Projeto de Lei nº 630/11**

**Autor da emenda: Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.**

**Súmula:** Estabelece diretrizes para a coleta seletiva contínua de resíduos sólidos oriundos de embalagens de produtos que compõe a linha branca no âmbito do território paranaense.

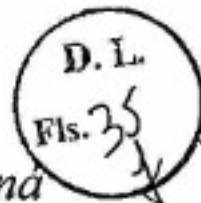
**EMENTA:** OBJETIVA ALTERAR O INCISO III DO ART. 2º DO PROJETO DE LEI 630/2011. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Estadual Rasca Rodrigues, estabelece diretrizes para a coleta seletiva contínua de resíduos sólidos oriundos de embalagens de produtos que compõe a linha branca no âmbito do território paranaense, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Elio Rusch.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Ocorre que, na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa o referido projeto recebeu uma Emenda Modificativa, de autoria dos membros da referida Comissão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

O Regimento Interno, em seu art. 137, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

(...)

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso)

Deste modo, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



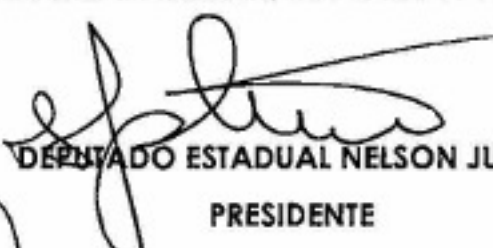
*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.  
Fls. 37

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Modificativa, proposta pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, em virtude de sua legalidade.

Sala das Comissões, em 02 de Fevereiro de 2012.

  
DEPUTADO ESTADUAL NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADO ESTADUAL ELIO RUSCH

RELATOR



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

D. L.  
Fls. 39

**PARECER**

**PROJETO DE LEI Nº 630/11**

**AUTOR: DEPUTADO RASCA RODRIGUES.**

**RELATOR: NELSON GARCIA.**

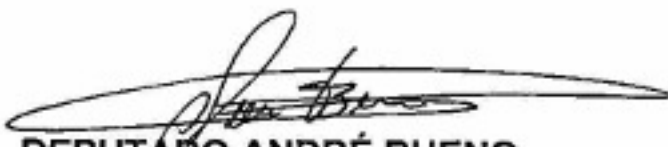
**SÚMULA:** estabelece diretrizes para coleta seletiva contínua de resíduos sólidos oriundos de embalagens de produtos que compõe a linha branca no âmbito do território paranaense.

**JUSTIFICATIVA**

Devido ao aumento da demanda, surge uma grande dificuldade de acondicionamento desses resíduos, oriundos das embalagens de produtos que compõe a linha branca.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL do presente projeto de Lei.

  
**DEPUTADO ANDRÉ BUENO**  
**PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

  
**DEPUTADO NELSON GARCIA**  
**RELATOR**

27/03/12



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
*Centro Legislativa Presidente Aníbal Kury*



## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 630/2011

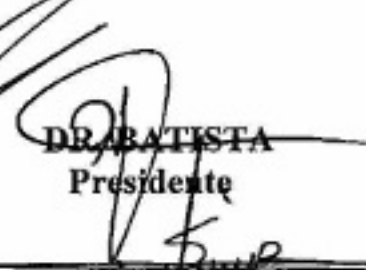
O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, estabelece diretrizes para coleta seletiva contínua de resíduos sólidos oriundos de embalagens de produtos que compõe a linha branca.

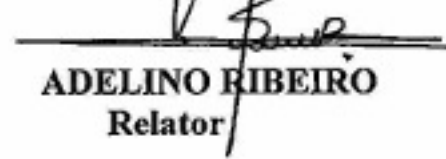
A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo estabelecer diretrizes para coleta seletiva contínua de resíduos sólidos oriundos das embalagens de produtos que compõe a linha branca no Estado do Paraná, dentro dos moldes estabelecidos pela Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 2012.

  
DR BATISTA  
Presidente

  
ADELINO RIBEIRO  
Relator







# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

**PROJETO DE LEI Nº 081/12**

D. L.  
Fls. 9

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 MAR. 2012

*Ruy*  
**1º Secretário**

Decreta:

Sumula: Declara de Utilidade Publica  
Instituto Nossa Senhora  
Aparecida, de Umuarama.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Nossa Senhora Aparecida, com sede e foro na cidade de Umuarama.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

*Nelson Garcia*  
**NELSON GARCIA**  
Deputado Estadual

## JUSTIFICATIVA:

O Instituto Nossa Senhora Aparecida, da cidade de Umuarama é sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, com os principais objetivos descritos:

- a) Atuar no âmbito da saúde, administrar centros de saúde;
- b) Desenvolver programas de nutrição, amamentação, saúde da família;
- c) Organizar seminários, congressos, feiras e eventos;
- d) Desenvolver estudos e pesquisas na área da saúde;





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 081/2012**

**Projeto de Lei nº. 081/2012**  
**Autor: Deputado Estadual Nelson Garcia**

***Súmula: Declara de Utilidade Pública o Instituto Nossa Senhora Aparecida, de Umuarama.***

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA  
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS  
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA  
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o ***Instituto Nossa Senhora Aparecida, de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama, Estado do Paraná.***

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

---

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis, (grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

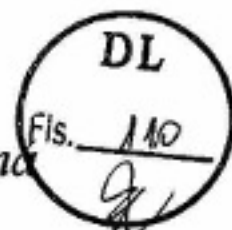
A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade de pesquisas relacionadas a saúde, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Quando a certidão do Tribunal de Contas, não há necessidade tendo em vista a inexistência de quaisquer repasses de recursos públicos.

Contudo, o nobre parlamentar não consignou na Sumula e qual é a sede e foro da presente entidade, tomando-se necessária a Emenda Modificativa para suprir a falta de sede e foro do presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o artigo 2º do projeto de lei ora analisado viola a **LEI COMPLEMENTAR 98/95**, tendo em vista que tal artigo determina que a Lei "entrará em vigor na data de publicação", senão vejamos:

**Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

Assim, sugere-se na **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar estes vícios supracitados.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA**.

Sala das Comissões, em 08 de 05 de 2012.

**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

**DEPUTADO DUILIO GENARI**  
**RELATOR**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 081/12**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

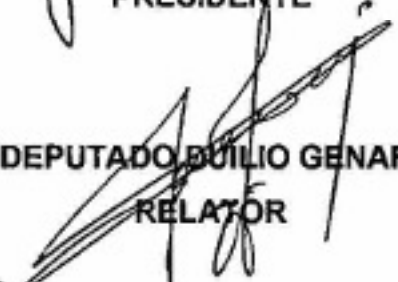
"Súmula: Declara de Utilidade Pública o Instituto Nossa Senhora Aparecida, de Umuarama, **com sede e foro no Município de Umuarama**".

"Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala das Comissões, em 08 de 05 de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADO DÚLIO GENARI

RELATOR



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa

D. L.  
Fls. 02

PROJETO DE LEI Nº

147/12

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.


Em, 03 ABR. 2012

  
**1º Secretário**


**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a  
Fundação Parque Tecnológico Itaipu – PTI  
Brasil, com sede e foro na cidade de Foz do  
Iguaçu, PR.

Art. 1º - Fica declarada nos termos da lei, entidade de Utilidade Pública a  
**Fundação Parque Tecnológico Itaipu – PTI Brasil**, com sede e foro na cidade de  
Foz do Iguaçu, PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
**Valdir Rossoni**  
Deputado Estadual

Sala das Sessões, 30 de março 2012.

  
**Reni Pereira**  
Deputado Estadual



**JUSTIFICATIVA**

O Projeto de Lei em questão tem por escopo declarar de Utilidade Pública a Fundação Parque Tecnológico Itaipu – PTI Brasil, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, PR.

A Fundação Parque Tecnológico Itaipu – PTI Brasil é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo fomentar, coordenar e executar programas e projetos sociais e de pesquisa científica e tecnológica. Está instalada numa área de 360.000 m<sup>2</sup>, cedida em comodato pela Itaipu Binacional e definida como Parque Tecnológico, onde são executadas ações integradas de desenvolvimento social, científico, tecnológico e de inovação.

O Parque Tecnológico Itaipu foi formalmente criado através de Carta de Intenções firmada por autoridades brasileiras e paraguaias. A Carta caracteriza o Parque como um “espaço inovador, que congrega projetos e programas voltados à inserção social, à geração de emprego e renda, à geração e distribuição do conhecimento, em todos os seus níveis; assim como o desenvolvimento e transferência de tecnologias, propiciando trocas de experiência e integração entre pessoas para uma melhor compreensão e mudança da realidade”.

As ações desenvolvidas pela Fundação PTI, desde sua fundação em dezembro de 2005, auxiliaram sobremaneira o desenvolvimento da região do Oeste do Paraná, gerando trabalho, emprego e renda para a população, além de

influenciar a transformação da imagem de Foz do Iguaçu, atualmente vista como um polo de educação e um núcleo de desenvolvimento e tecnologias avançadas notadamente na área de água, energia e turismo.

Consolidou, desde sua constituição, programas e atividades similares às agências de desenvolvimento e de fomento da Ciência e Tecnologia. Quando não os executa diretamente, fomenta e apoia





financeiramente esses programas e também projetos voltados ao desenvolvimento. Seus programas sociais, no entanto, são os de maior repercussão junto à comunidade carente, pois trazem benefícios imediatos à população.

Com o andamento e a ampliação dos programas desenvolvidos no PTI, circulam diariamente pelo Parque mais de 2.500 pessoas. Todo esse contingente de pessoas usufrui ou opera os programas ou projetos das diversas entidades instaladas do PTI, que atualmente somam 36 empresas, além de serviços dos Correios, Bancos, Farmácia, Livraria, Ambulatório, Restaurantes, Lanchonetes, Posto de Abastecimento, Loja de Artesanato e outras facilidades.

O PTI também tem viabilizado parcerias estratégicas com empresas públicas e privadas e instituições de ensino e pesquisa para propiciar o ambiente inovador que deseja. O Centro fomenta bolsas de iniciação científica, bolsas de mestrado e doutorado, de estágios e de pesquisadores visitantes, para formandos e jovens formados.

Outros resultados expressivos são apresentados na área de turismo. O novo modelo de operação do Complexo Turístico Itaipu já gerou 70 novos empregos diretos para jovens formandos.

A existência do PTI foi fator determinante para que o Governo Federal implantasse, em Foz do Iguaçu, a INILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Essa Universidade está sendo instalada numa área da Itaipu, próxima ao Parque. Está operando provisoriamente nas dependências do PTI, até que sua sede própria esteja disponível.

Em cinco anos a UNILA deverá contar com dez mil estudantes e quinhentos professores, metade brasileiro e metade dos demais países latino-americanos, agregando uma importante massa crítica às ações do Parque Tecnológico Itaipu.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa



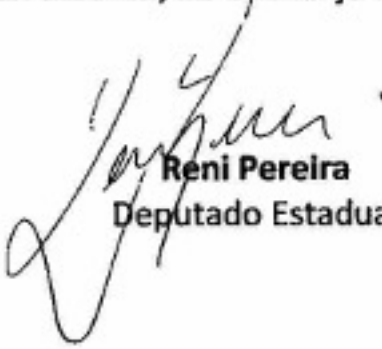
Face às atividades descritas e considerando que as ações da Fundação PTI, além de trazerem benefícios diretos à população, estão melhorando consideravelmente também a imagem e a economia da cidade de Foz do Iguaçu e da região, justifica-se sua qualificação como entidade de utilidade pública.

Diante do exposto acima, pedimos a compreensão e o apoio dos nobres pares desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no que tange a matéria supracitada.



**Valdir Rossoni**  
Deputado Estadual

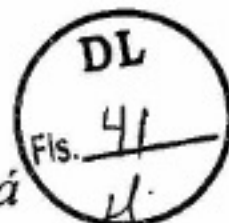
Sala das Sessões, 30 de março de 2012.



**Reni Pereira**  
Deputado Estadual



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 147/2012**

**Projeto de Lei nº. 147/2012**

**Autores: Deputados Estaduais Valdir Rossoni e Reni Pereira.**

**Súmula:** *Declara de Utilidade Pública a Fundação Parque Tecnológico Itaipu – PTI Brasil, com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu, PR.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Valdir Rossoni e Reni Pereira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Fundação Parque Tecnológico Itaipu – PTI Brasil**, com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a pesquisa, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 43  
11

no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 08 de 05 de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

DEPUTADO DILIO GENARI  
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse

DL

02

CLEITON KIELSE  
Deputado Estadual

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 16 ABR. 2012

  
1º Secretário

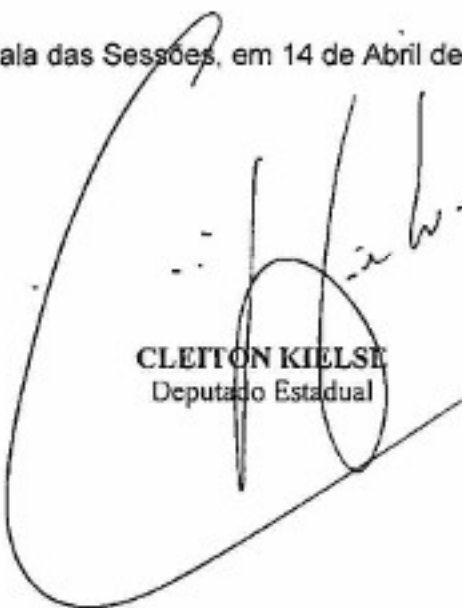
PROJETO DE LEI nº 164/12.

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Voluntários Avivalistas de Uraí, com sede em Uraí - PR.

Art. 1º - Fica Declarado de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Voluntários Avivalistas de Uraí, com sede e foro no Município de Uraí, estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de Abril de 2012.

  
CLEITON KIELSE  
Deputado Estadual

14:53 16/04/2012 082162 00- ISSUMLJN LEISLA001001 00 193096





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



## JUSTIFICATIVA

Associação dos Voluntários Avivalistas de Uraí, constitui-se na forma de associação civil de interesse público, sem fins lucrativos, de natureza associativa, tem os seguintes objetivos institucionais:

- 1) **Associação dos Voluntários Avivalistas de Uraí**, tem como objetivo, apolar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de vida do ser humano e do meio ambiente, através das atividades de educação profissional, especial e ambiental.
- 2) Promover gratuita a educação e a saúde incluindo prevenção de HIV-AIDS, consumo de drogas e outros;
- 3) Promover a assistência social às minorias e excluídos, desenvolvimento econômico e combate à pobreza;
- 4) Execução de serviço de radiodifusão sonora, com finalidade educativa, artística, cultural, e informativa, respeitando os valores éticos e sociais;
- 5) Preservação, defesa e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- 6) Promoção do voluntariado, de criação de estágios e colocação de treinamento no mercado de trabalho;
- 7) Promoção e direitos às pessoas portadoras de deficiência, dos direitos da mulher e da criança, assessoria jurídica gratuita e combate a todo tipo de discriminação sexual, racial, social, trabalho forçado e infantil.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Gabinete do Deputado Kielse



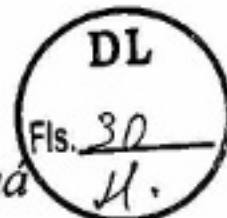
Não há dúvida de que o reconhecimento desta Associação como Utilidade Pública Estadual será muito importante para o melhor funcionamento da entidade.

Em face dos argumentos ora lançados, que julgamos de suma relevância para o Município, é que solicito o apoio aos nobres Pares desta Casa Legislativa para aprovação do presente projeto de lei.

Atenciosamente,



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 167/2012**

Projeto de Lei nº. 167/2012

Autor: Deputado Estadual Cleiton Kielse.

***Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Voluntários Avivalistas de Uraí, com sede e foro no Município de Uraí.***

***EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.***

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Cleiton Kielse, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a ***Associação dos Voluntários Avivalistas de Uraí, com sede e foro no Município de Uraí, Estado do Paraná.***

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**  
**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



g) declaração de utilidade pública de entidades civis,  
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade o meio ambiente, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

**Art. 1º** A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DL  
Fls. 32  
el.

seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.


Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 08 de 05 de 2012.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO DÚLIO GENARI  
RELATOR